



Estados autoritários e totalitários e suas representações

Coordenação

Luís Reis Torgal
Heloísa Paulo

Coimbra • 2008

O SALAZARISMO E O HOMEM NOVO
ENSAIO SOBRE O ESTADO NOVO E A QUESTÃO DO TOTALITARISMO
NOS ANOS 30 E 40

O propósito desta comunicação, partindo de uma tentativa de definir sinteticamente o sistema de valores, a axiologia, as grandes bases do discurso ideológico do Estado Novo nos anos 30 e 40, é de defender a ideia de que esse sistema de valores as «verdades indiscutíveis» proclamadas no ano X da Revolução Nacional pela sua própria natureza propositiva, pela mundivisão totalizante que transportava, exigiu e criou um aparelho de inculcação ideológica autoritária, estatista, mergulhado no quotidiano das pessoas (ao nível das famílias, da escola, do trabalho, dos lares) com o propósito de criar esse particular «homem novo» do salazarismo.

Com base nas contribuições inovadoras dos trabalhos de investigação mais recentemente realizados ou publicados nos domínios da propaganda, da educação nacional, da criação de uma «cultura popular», da orientação e controlo dos lares, da política do regime para as mulheres, procura-se demonstrar que o salazarismo neste período da sua História, assente numa certa ideia mítica de Nação e de interesse nacional, tentou, também ele, «resgatar as almas» dos portugueses, integrá-los, sob a orientação unívoca de organismos estatais de orientação ideológica, «no pensamento moral que dirige a Nação», «educar politicamente o povo português» num contexto de rigorosa unicidade ideológica e política definida e aplicada pelos aparelhos de propaganda e inculcação do regime e de acordo com o ideário da Revolução Nacional. Neste contexto, sustenta-se a ideia que o Estado Novo, à semelhança de outros regimes fascistas ou fascizantes da Europa, alimentou e procurou executar, a partir de órgãos do Estado especialmente criados para o efeito, um projecto totalizante de reeducação dos «espíritos», de criação de um novo tipo de portugueses e de portugueses regenerados pelo ideário genuinamente nacional de que o regime se considerava portador. Ideal que longe de se limitar a ser proclamado, ou de se restringir à formação do «escol», foi levado autoritariamente ao espaço e às sociabilidades privadas da massa, procurando modificar de raiz, e em extensão, os comportamentos, as atitudes e as condições sociais e mentais da sua gestação. É neste sentido que se falará da apetência totalitária do regime nos anos 30 e 40, sem prejuízo da detecção das especificidades e diferenças, por vezes substanciais, que, no tocante ao perfil, ao conteúdo ideológico deste peculiar «homem novo» estadonovista, seguramente o distinguem de outras propostas de regimes do mesmo

género. O filtro das particulares realidades culturais, políticas, sociais, económicas, mentais de onde emergira o regime português fazia-o um fenómeno de natureza historicamente idêntica, mas de expressão nacionalmente diferenciada relativamente ao movimento genérico dos fascismos europeus desse período. E isso reflectia-se, como procuraremos evidenciar, nas especificidades ideológicas do seu projecto regenerador e do novo tipo de «homem» que, a partir dele, se pretendeu moldar.

1. Os mitos ideológicos fundadores do Estado Novo. As «verdades indiscutíveis» do Ano X

O discurso ideológico e propagandístico do regime pode considerar-se fixado estavelmente, até ao pós-guerra, a partir de meados dos anos 30. Ele realizará, então, um peculiar casamento dos valores nacionalistas de matriz integralista e católica conservadora com as influências radicais e fascizantes recebidas da Guerra Civil de Espanha e do triunfal ascenso dos fascismos e do hitlerismo na Europa, ainda que esta segunda componente se possa sentir, como adiante se verá, menos ao nível da dogmática dos conteúdos, mas sobretudo no tocante à definição dos alvos, dos instrumentos, dos métodos e da iconografia que acompanhavam o seu enunciado e inculcação.

Duas observações parecem pertinentes a propósito da linha dominante deste discurso. A primeira, é a de que a sua matriz ultra-conservadora e integralista o fazia menos abrangente do que a real base política e ideológica que integrava a plataforma das diversas direitas viabilizadora do regime. Dificilmente, por exemplo, o republicanismo conservador, no plano político, ou as ideologias tecnocráticas do reformismo agrário e do industrialismo, no plano económico-social, se reconheciam no enunciado agrarista, organicista, nessa ordem económica e social transtemporal e hierática, nesse tradicionalismo eivado de desconfiança quanto ao progresso material que resumavam de boa parte das «verdades indiscutíveis» da propaganda oficial do regime. O Estado Novo, política e economicamente, no equilíbrio que realizava entre as várias direitas da direita portuguesa, era mais do que o reducionismo deliberado do seu discurso ideológico oficial. Por isso mesmo, a par deste enunciado dominante, e sobretudo a nível das discussões estratégicas acerca do futuro económico do país, era possível assistir-se nos debates do I Congresso da Indústria de 1933, durante o I Congresso da União Nacional, no ano seguinte, na imprensa da Associação Industrial Portuguesa, nos escritos de Ferreira Dias à defesa política do regime, seguramente, ou à apologia do «nacionalismo português», mas a partir de premissas desenvolvimentistas, do elogio da função redentora da ciência e da técnica mais do que da do «espírito», isto é, com conteúdos substancialmente distintos do paradigma oficial. Como se fosse, e em certo sentido era, um invólucro comum com essências distintas.

A segunda observação tem a ver com o correr do tempo, com as flutuações e alterações do discurso e dos propósitos que animavam a sua divulgação, de acordo com as diferentes conjunturas históricas que atravessam o período, designadamente, como veremos, face às ameaças da guerra e no mundo em rápida mudança do pós-guerra.

Mas no período áureo da afirmação do projecto ideológico totalizante do Estado Novo, nos anos 30 e 40, apesar das fissuras e *nuances* internas, o regime definira um discurso propagandístico claro, agressivo, fundamentador de uma «nova ordem»,

procedendo, para tal, quer à revisão purificadora e autolegitimadora da memória histórica, quer à fabricação de um conceito integrador e unificador de «cultura popular», de raiz nacional-etnográfica. O propósito era o de estabelecer uma ideia mítica de «essencialidade portuguesa», transtemporal e transclassista, que o Estado Novo reassumira ao encerrar o «século negro» do liberalismo, e a partir da qual se tratava de «reeducar» os portugueses no quadro de uma Nação regenerada e reencontrada consigo própria, com a sua essência eterna e com o seu destino providencial.

Poderíamos, talvez, tentar sintetizar os tropos essenciais desse discurso, na sua componente mais afirmativa, nos seguintes mitos ideológicos fundadores.

Em primeiro lugar, *o mito palingenético*, ou seja, o mito do recomeço da «Renascença Portuguesa», da «regeneração» operada pelo Estado Novo interrompendo a «decadência nacional» precipitada por mais de cem anos de liberalismo monárquico e do seu paroxismo republicanista. Era, ao contrário do que estranhamente afirma, em entrevista recente, o historiador Roger Griffin uma ideia comum a toda a direita anti-liberal portuguesa, reforçada e reelaborada a partir da reacção ao Ultimatum de 1890, mas igualmente partilhada, ainda que com contornos ideológicos diversos, pelo regeneracionismo nacionalista republicano e que o Estado Novo sintetizou com propósitos de legitimação própria.

Em segundo lugar, *o mito central da essência ontológica do regime*, ou, se quisermos, *o mito do novo nacionalismo*. O Estado Novo não seria mais um regime na História política portuguesa; era o retomar do verdadeiro e genuíno curso da História pátria, fechado que fora, pela Revolução Nacional, o parêntese obscuro desse século antinacional, quase a-histórico, do liberalismo. O Estado Novo surgia, assim, como a institucionalização do destino nacional, a materialização política no Século XX de uma essencialidade histórica portuguesa mítica. Por isso, ele cumpria-se, não se discutia, discuti-lo era discutir a Nação. O célebre slogan “Tudo pela Nação, nada contra a Nação” resume, no essencial, este mito providencialista.

O terceiro chamar-lhe-ei *o mito imperial*, em larga medida herdado da tradição republicana e monárquica anterior, no seu duplo aspecto de vocação histórico-providencial de colonizar e evangelizar. Dizia o Acto Colonial de 1930, no seu artigo segundo: “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar populações indígenas”. Seria isso não só um “fardo do homem branco”, mas, no discurso imperial do Estado Novo, um fardo do homem português, continuando a gesta heróica dos nautas, dos santos e cavaleiros. Num segundo aspecto, este já ideologicamente reconstruído pelo Estado Novo, o desígnio mítico da raça concretizava-se no ideal reencontrado do império: o império como entidade ontológica e natural-organicista concretizadora dessa vocação. Armando Monteiro, Ministro das Colónias de 1931 a 1935, talvez o principal ideólogo da doutrina “imperial” do Estado Novo, explicava claramente a novidade do conceito: “Portugal pode apenas ser uma Nação que possui colónias ou pode ser um império. Neste caso ele será a realidade espiritual de que as colónias sejam a concretização”. Assim se compreende que deste mito imperial se deduza como dogma indiscutível a ideia da Nação pluricontinental e pluriracial, una, indivisível e inalienável. E teríamos assim, nesta sistematização, uma primeira vocação que seria a vocação imperial da Nação.

O quarto mito era *o mito da ruralidade*. Portugal é um país essencial e inevitavelmente rural, uma ruralidade tradicional tida como uma característica e uma virtude específica, de onde se bebiam as verdadeiras qualidades da raça e onde se temperava o ser nacional. Tão tarde como em 1953, falando, por paradoxal que pareça, a propósito do primeiro Plano de fomento, Salazar dizia que “Aqueles que não se deixam obcecar pela miragem do enriquecimento indefinido, mas aspiram, acima de tudo, a uma vida que embora modesta seja suficiente, sã, presa à terra, não poderiam nunca seguir por caminhos em que a agricultura cedesse à indústria”. E continuava: “Sei que pagamos assim uma taxa de segurança, um preço político e económico, mas sei que a segurança e a modéstia têm também as suas compensações”. A terra, portanto, como a primeira e a principal fonte da riqueza possível, o caminho da ordem e da harmonia social, o tal berço das virtudes pátrias. Daí, também, um discurso caro a certos sectores do regime, aliás dominante a nível do aparelho de propaganda, de crítica à industrialização, de desconfiança da técnica, de crítica da urbanização e da proletarização, ou seja, de fundamentação de uma segunda vocação, uma espécie de vocação rural da Nação.

O quinto mito direi que seria *o mito da pobreza honrada, o mito da aurea mediocritas*, um país essencial e incontornavelmente pobre devido ao seu destino rural, no qual, como dizia António Ferro, “a ausência de ambições doentias” e disruptoras de promoção social, a conformidade de cada um com o seu destino, o ser pobre mas honrado, pautava o supremo desidrato salazarista do “viver habitualmente”, paradigma da felicidade possível. E portanto, para usar uma expressão do próprio chefe do governo “uma vocação de pobreza”.

O sexto mito, *o mito da ordem corporativa* como expressão da ordem natural das coisas. A ideia de uma hierarquização social espontânea e harmoniosamente estabelecida como dado intemporal, no quadro de uma sociedade orgânica e regida por essa máxima que Carneiro Pacheco com tanta felicidade sintetizara: “um lugar para cada um, cada um no seu lugar”. O que comportava, no discurso propagandístico dos ideólogos e teorizadores do regime, simultaneamente, uma certa visão infantilizadora do povo português, gente conformada, respeitadora, doce, algo irresponsável e volúvel, mutável nas suas opiniões, sonhadora, engenhosa mas pouco empreendedora, obviamente insusceptível de ser titular da soberania ou fonte das grandes decisões nacionais, necessitada, portanto, como coisa natural e naturalmente aceite, da tutela atenta mas paternal do Estado. Diria Salazar no começo da sua carreira política que “a adulação das massas pela criação do povo soberano não deu ao povo nem influência na marcha dos negócios políticos nem aquilo de que o povo mais precisa, soberano ou não, que é ser bem governado”. O reencontro do Estado com a solução orgânica, corporativa e anti-liberal, permitia, assim, revelar outra vocação da essencialidade portuguesa: uma vocação de ordem, de hierarquia e de autoridade natural.

O sétimo e último, *o mito da essência católica da identidade nacional*, entendia a religião católica como elemento constitutivo do ser português, como atributo definidor da própria nacionalidade e da sua História. Separando as águas quanto a este assunto, diria Gustavo Cordeiro Ramos, num texto de 1936: “Sob o disfarce do laicismo fez-se uma obra criminosa, antisocial e antipatriótica de descristianização (...). A religião tem de ser considerada uma necessidade do Estado (...). A ordem nova com os seus conceitos dominantes, de autoridade e de nação só se compreende admitindo uma ordem superior. É inaceitável sem a ideia e a prática de Deus”. Esclarecia ainda

Carneiro Pacheco na sequência deste raciocínio: “uma coisa é a separação do Estado e da Igreja que a Constituição de 1933 mantém, outra o espírito laico que é contrário à Constituição, à ordem social, à família e à própria natureza humana. Muito pior do que a treva do analfabetismo num coração puro é a instrução materialista e pagã que asfixia as melhores inclinações”. Portanto, e finalmente, uma vocação religiosa, cristã e católica da Nação Portuguesa.

Salazar resumiria esta axiologia ao proclamar, no célebre discurso do Ano X, durante as comemorações do 10º aniversário do «28 de Maio», em Braga, as «verdades indiscutíveis» da Revolução Nacional. «Não discutimos», dirá ele, «Deus e a virtude», não discutimos a «Pátria e a sua História», não discutimos a «Autoridade e o seu prestígio», «a Família e a sua moral», «o trabalho e o seu dever».

Convirá salientar que os «valores de Braga» não eram uma simples plataforma de unidade político-ideológica no quadro do Estado Novo, ou uma moral abstracta e genericamente informadora dos comportamentos em sociedade. Significavam uma moral de (re)educação, de regeneração colectiva e individual, da qual resultaria, pela acção do estado nos vários níveis das sociabilidades públicas e privadas, o moldar desse especial «homem novo» do salazarismo, capaz de interpretar e cumprir a alma e o destino ontológico da Nação que o antecedia e se lhe sobrepunha, vinculando-lhe atitudes, pensamentos e modos de vida, redefinindo e subordinando o particular ao império do «interesse nacional». Não só, nem principalmente, como sujeição do individual ao colectivo, mas como padronização tendencial dos espíritos e dos «modos de estar» de acordo com os «valores portugueses» de sempre que o regime definia, representava e tinha como missão fazer aplicar.

Esse ser renovado, expugnado dos vícios do liberalismo, do racionalismo e da contaminação marxista, esse ser reintegrado, por acção tutelar e condutora do Estado, no verdadeiro «espírito da Nação», haveria de ser temente a Deus; respeitador da ordem estabelecida e das hierarquias sociais e políticas como decorrências do organicismo natural e imutável das sociedades; pronto a servir a Pátria e o Império; cumpridor dos seus deveres na família e no trabalho; destituído de «ambições doentias» e «antinaturais» e satisfeito com a sua honrada modéstia. Tais eram as «virtudes da raça», expressão mesma desse referencial essencial da ruralidade, dessa terra regada pelo suor dos que sobre ela labutavam, mãe da riqueza, da temperança e da ordem.

2. «Resgatar as almas». Os aparelhos de propaganda e inculcação ideológica do regime

Desta essência ontológica da Nação e do regime decorria, portanto, a sua apetência totalizante. Como diria Salazar em 1934, «não reconhecemos liberdade contra a Nação, contra o bem comum, contra a família, contra a moral». Para não negar a própria Nação, o Estado Novo havia de assumir, como missão essencial, a de reconduzir os portugueses à «nova ordem moral» que a redimia e realizava. É por isso que no Portugal salazarista, á semelhança do que se passava com outras ditaduras coevas de natureza fascista e portadoras de um projecto totalitário, o discurso ideológico não se limitou a um simples enunciado, mesmo que exclusivo e unívoco. Constituiu-se como um duplo guia para a acção: uma orientação para a política em geral, mas, de forma muito particular, uma espécie de catecismo para o «resgate das almas», levado à

prática por organismos de propaganda e inculcação ideológica expressamente criados para esse efeito. Como salienta Jorge do Ó, «a ideologia não mais seria enunciado programático: deveria obstinadamente procurar a realidade, saindo de si e impregnando as práticas».

Poderá argumentar-se, todavia, que o pensamento matricial de Salazar acerca das relações do poder com as massas era marcado por nítidas distâncias relativamente a esta visão algo massificante, e com assomos de mobilização, da educação política e ideológica. Sendo um autoritário conservador de formação *católica*, um adversário convicto do «demo-liberalismo» e das ideias socialistas e comunistas, o pensamento salazarista vem sobretudo na linha da tradição contra-revolucionária da direita conservadora, ainda que moldado pelos ensinamentos do «catolicismo social». Nos seus escritos, e desde muito cedo, ainda que manifestando sempre uma preocupação central acerca da renovação das mentalidades e do papel da escola orientada ideologicamente nesse sentido, Salazar preocupa-se sobretudo com a formação das elites. Era, se se quiser, como o geral da direita católica do seu tempo, um típico elitista conservador: o futuro da Nação e do regime dependia, sobretudo, das elites educadas no espírito do verdadeiro interesse nacional. No seu pensamento político do período inicial do novo regime ou da sua chefia do Governo, designadamente nas entrevistas a António Ferro, em 32 e 33, podemos encontrar reservas, ainda que sempre repassadas de uma compreensão admiradora e reverente, ao estilo de Mussolini «entre o escol que soube formar (...) e a rua, a que é forçado o agradar». Ao longo de anos de discursos e outros escritos políticos, o chefe do regime acumulará apontamentos e referências sobre a “bondade doentia”, o carácter volátil, inconsequente, impressionável, algo infantil e irresponsável do povo português. Afinal de contas, já o citámos, o povo nada esperava da «adulação» demagógica dos velhos políticos liberais, queria, isso sim, «ser bem governado». E essa era a tarefa das elites. Se assim fosse, elas saberiam controlar e conduzir a massa, potenciar as «virtudes do povo português» (o seu estóico apego à ordem, ao trabalho, às agruras da vida), organizar o consenso e a conformação, em suma, garantir a estabilidade e a durabilidade do regime: nisso residiria a arte suprema da governação.

Estamos longe, apesar de tudo, do projecto totalizante que o Estado Novo parece propor-se a partir de meados dos anos 30. Precisamente, a realidade é que, no contexto histórico de então, sob o efeito da afirmação do fascismo italiano, do nacional-socialismo e dos «regimes de ordem» em toda a Europa como inelutável alternativa política e ideológica à ordem liberal e única barreira face ao comunismo soviético; sobretudo, sob o tremendo impacto da Guerra Civil de Espanha e da proclamada «ameaça vermelha» não só ao regime, mas à própria soberania nacional e à «civilização cristã ocidental», a pressão fascizante a partir do interior do próprio regime, e com alguma base social, ultrapassou, sob muitos aspectos, o ponto de vista conservador elitista dominante na oligarquia do regime, impondo-lhe concessões e recuos. E, nessa situação, iria criar-se contra os seus receios e reservas, uma dinâmica fascizante que se manifesta, desde logo, no aparecimento, «a partir de baixo», de organizações de mobilização e inculcação ideológica que o Estado Novo terá de aceitar, sempre procurando controlá-los e sujeitá-los à sua tutela.

É a «pressão social e política de base», dos vários grupos da direita radical, que Luís Nuno Rodrigues detecta como «determinante» no aparecimento da Legião Portuguesa (LP), no Verão de 1936. Ou a iniciativa motora do núcleo duro e militante do

sindicalismo corporativo, boa parte dele de origem nacional-sindicalista, no lançamento, com o decisivo apoio de Pedro Teotónio Pereira, da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), em 1935, marcado por uma explícita influência «doppolavorista» ou mais ainda, no aspecto orgânico, da *Kraft durch Frei* alemã e que em muito ultrapassava os iniciais e modestos propósitos de Salazar quanto a uma «Obra» de «valorização do trabalho nacional». Mas também ao nível de certos sectores do Estado, como o da «Educação Nacional», se verifica, num processo controversamente amadurecido no seio do regime desde anos antes, mas só resolvido em 1936, uma inflexão radical e de sentido totalizante no tocante às políticas de ensino e de enquadramento da juventude e das mulheres.

No quadro desta dinâmica, as novas organizações criadas e a reorientação e reforma de outras já existentes propuseram-se cuidar do «carácter», do «gosto», da «cultura», do ideário dos portugueses num duplo sentido. Por um lado, criando ou reeducando as elites, mas tomando esta tarefa num sentido alargado que ultrapassava largamente a simples reprodução do «escol» tradicional da oligarquia. Tratava-se de formar as elites sindicais, as elites das organizações corporativas rurais, os educadores primários, os novos agentes culturais e artísticos, isto é, os quadros de enquadramento e orientação das organizações de massa e do gosto e dos lazeres das massas.

Valerá a pena referir, a este propósito, que no «dispositivo cultural» do Estado Novo montado a partir de 1933 com a criação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), quer ao nível da «política do espírito», quer até da «educação nacional», viria a ser atribuído um papel claramente periférico e subalterno ao saber académico e à cultura científica e universitária, acantonada na tarefa de avalizar e legitimar os grandes lances da propaganda.

Desde logo, porque nesta fase de mobilização, de propaganda, de encenação política do poder, o espectáculo e o monumento sobrelevam o saber encerrado em espaço fechado e o documento. Os peritos do saber académico vêem-se substituídos no tablado da propaganda pelos novos artistas, ideólogos e agitadores do SPN. A prática cultural das elites académicas, ainda que, ideologicamente, sobretudo no domínio da reconstrução do passado e das «grandes verdades históricas» legitimadoras do Estado Novo, se mantenha como essência informadora e estruturante, distancia-se e obscurece sob o império da política-espectáculo que inspira.

Depois, porque toda a orientação ideológica para a escola primária e secundária aposta agora quer no «saber ler, escrever e contar», para o ensino primário, quer, de uma forma geral, na crítica ao «saber enciclopédista» de inspiração republicana (e despertador das mais perigosas e inconvenientes expectativas), no veicular dos saberes indispensáveis a que cada um se encontre e coloque numa hierarquia social cristalizada e intemporal, quer na desvalorização do saber prático, do saber fazer, da racionalidade científica, relegados para as categorias subalternas do ensino técnico e largamente ausentes do ensino liceal e das próprias Universidades. Na «educação nacional», a ciência, a técnica, a pluralidade dos saberes, são encaradas com desconfiança e suspeição. E a Universidade, onde tal suspeição persiste, está completamente cortada, quanto ao seu papel, das tarefas da formação aos outros níveis.

Mas aposta-se também, e de forma decisiva, na formação das massas, não unicamente no sentido de as conformar, mas de as educar moral e espiritualmente, sobretudo nos valores de uma «cultura popular», nacional-ruralista, etnográfica e corporativa,

criada pela Propaganda Nacional e veiculada ao nível dos meios populares urbanos e no mundo rural pela FNAT e pela Junta Central das Casas do Povo (JCCP). Acção complementada pelo investimento da «educação nacional» na massificação do ensino primário, ainda que marcada por uma «lógica minimalista» e integradora.

Deve, aliás, dizer-se que este propósito totalizante era clara e publicamente assumido por vários dos hierarcas do regime. Gustavo Cordeiro Ramos, ex-ministro da Instrução dos primeiros governos de Salazar e inspirador das reformas educativas de 1936, germanófilo declarado, falando naquele ano perante o Centro de Estudos Corporativos da União Nacional (UN), lembrava que «nos Estados renovados, há uma concepção unitária da vida e do homem, um princípio de totalidade que se traduz na política e economia, na ciência, cultura e educação». E citava Francesco Vito para defender que «procurar fazer uma revolução económica, sem a espiritual do indivíduo e da sociedade, é mera utopia».

Precisamente, Carneiro Pacheco, o ministro fundador da «educação nacional» em 1936, entendia que, em Portugal, a «restauração nacional», tão auspiciosa nos campos financeiro, económico e social, «está muito atrasada ainda nos do espírito». Verificava-se um «déficit de mentalidade», uma «insuficiência moral», uma «indisciplina mental da mocidade» que o levavam a concluir: «O País não acompanha espiritualmente o ritmo do Estado Novo». Havia que tratar disso, e desde logo a partir do Estado, uma vez que este «tem o direito, mais que o direito, o dever de seleccionar todos os agentes do desenvolvimento da inteligência e da formação espiritual».

E o regime assim fará, a partir de 1933, com a criação do SPN, mas sobretudo desde meados dessa década, montando e orientando um vasto e diversificado sistema de propaganda e inculcação ideológica autoritária e monolítica, assente no Estado e desdobrando-se diversamente sobre o quotidiano das pessoas, na família, nas escolas, no trabalho ou nas «horas livres». Foram quatro os pilares principais desse dispositivo policêntrico e multifacetado. Dois deles integravam aquilo a que poderemos chamar o *sistema de enunciação*, isto é, de organização, padronização e divulgação da informação seleccionada, mas também das crenças, dos valores, da cultura, dos artefactos do «espírito» em geral: antes do mais o SPN, o centro unificador do discurso ideológico para o conjunto do dispositivo, directamente dependente da Presidência do Conselho; mas com função idêntica no campo específico da fixação e difusão da ideologia colonial, tanto na Metrópole como nas colónias do «Império», encontramos a **Agência Geral das Colónias**, organismo do Ministério das Colónias (de que aqui não trataremos). Em ambos os casos se cruzava o exercício de um «poder de influência», o de condicionar e disciplinar as condutas em nome de princípios declarados comuns, com o seu reverso, o exercício de um «poder de injunção», o de, pela ameaça, pela punição e pela censura prévia, proibir e silenciar os comportamentos e valores considerados desviantes.

Os outros dois pilares eram a espinha dorsal do *sistema de inculcação* ideológica, de organização do consenso e da ordem: o vasto **aparelho da «educação nacional»**, assente no ministério crismado com esse nome por Carneiro Pacheco, em 1936, quando procede à «reforma nacionalista» da velha «instrução pública», e desdobrado pela Mocidade Portuguesa (MP) e pela Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), da qual dependia a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF); e o aparelho corporativo, todo ele, por definição, eivado de um acentuado «espírito de missão», de carácter ideológico-formativo (desde o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência,

aos Grémios, Sindicatos Nacionais, Casas do Povo e Casas dos Pescadores), mas do qual se destacam, no domínio da «educação dos espíritos» e da «cultura popular», dois organismos principais: a FNAT, surgida, como vimos, em 1935, e a JCCP, superestrutura dirigente das Casas do Povo criada em 1945 e que filtrava as funções da FNAT para o mundo rural e piscatório.

3. Da enunciação à modelação: o «espírito» como «matéria prima»

A ideia da criação do SPN, persistentemente «vendida» por António Ferro a Salazar, fora aceite por este, ao menos inicialmente, de acordo com uma perspectiva relativamente restrita da propaganda: a necessidade de fazer ver a obra do regime face às alegadas calúnias e ataques dos seus inimigos e à falta de informação das massas sobre ela, o que podia gerar mal-estar e descontentamento manipuláveis a partir desse desconhecimento. Como dirá o Chefe do Governo ao dar posse a Ferro, em Outubro de 1933, «politicamente só existe o que o público sabe que existe». Tornará a glosar esta fórmula noutras ocasiões «em política o que parece é», sempre para insistir na necessidade da existência ou da intensificação da propaganda dos propósitos e dos actos do Estado Novo. Mas é preciso dizer que, desde antes de ser nomeado director do Secretariado, António Ferro tinha ideias mais ambiciosas e radicais sobre as tarefas do novo organismo, relacionadas com a prossecução de uma «política do espírito» a que se desse «altura, significado, eternidade». O «espírito» de que ele falava não era «uma fantasia», «mas uma arma indispensável para o nosso ressurgimento», nessa acepção também seria matéria, «uma preciosa matéria prima, a matéria prima da alma dos homens e da alma dos povos». Nascido com o objectivo de divulgar a obra do Governo, sob a liderança de Ferro, o SPN ganharia outro golpe de asa e uma dimensão mais conforme com a dos organismos congéneres das ditaduras europeias: reeducar os espíritos e pô-los em consonância com a ideologia da «nova Renascença».

O SPN vai constituir-se, assim, como o espaço por excelência da «*mise en scène*» da política e da ideologia do regime, da sua estetização e divulgação massiva, através de um impressionante e tentacular aparelho de agitação que, em poucos anos, actuava sobre as artes plásticas (procurando casar o modernismo estético com os valores ruralistas e conservadores do discurso oficial), apostava a fundo nos novos veículos da moderna propaganda o cinema, a rádio, o cartaz, promovia prémios literários, lançava o «teatro do povo», reinventava a etnografia e a cultura «populares», criava um turismo oficial como decorrência destas, encenava «festas populares», «cortejos históricos» e o geral das grandes mobilizações do regime. Tudo complementado pela actuação da censura prévia (sob o controlo do SPN a partir de 1940) cobrindo o conjunto das formas de expressão (com a excepção do livro, onde as dificuldades da actuação prévia eram supridas pela repressão *a posteriori*). Mas, apesar da sua assumida orientação visando o «espírito», o «gosto», a formação política e ideológica do «público», apesar de omnipresente nas suas intervenções, aliás fortemente agressivas neste período e servidas por uma estética modernista e criativa, o SPN era, sobretudo, um espaço de enunciação e de recriação simbólica das obras e dos valores do governo e do Estado Novo. Um grande e multifacetado dispositivo de divulgação impositiva de tais conteúdos que ele ordenava e trabalhava com esse fim. A «educação» era, naturalmente, um resultado

pretendido como fruto da eficácia e da arte do Secretariado e da sua propaganda, mas, de uma forma geral, o SPN não tinha como tarefa a organização da inculcação das suas mensagens. Do enunciado à inculcação, passava-se para o campo da «educação nacional» e da organização corporativa.

Para os inspiradores e autores da reforma educativa de 1936, se se quisesse, para os ideólogos fundadores da «educação nacional», o objectivo a atingir não podia ser mais claro: «a educação (...) não pode limitar [-se] à elaboração de programas, construção de escolas, mas à orientação justa da vida individual e nacional». Como lembrava Cordeiro Ramos, nos tais «Estados renovados», onde o Portugal salazarista enfileirava, «alargou-se a acção da escola, cujo fim não é apenas ensinar, mas sobretudo educar e educar politicamente, no sentido nobre da palavra». Em suma, dizia, só a educação «forma o *novo homem*». Essa era uma tarefa essencial do Estado Novo. Mas, atendendo ao papel basilar que nela desempenhava o «lar familiar», e não se desconhecendo que a crise de valores também atingira e debilitara as famílias, o Estado devia vigiá-las, secundá-las e acompanhá-las nessa missão: «o Estado não pode desinteressar-se de conhecer as condições em que a criança vive; torna-se imprescindível uma relação íntima e constante entre as autoridades escolares e as famílias, para que o trabalho educativo não seja prejudicado». Devia, pois, a escola conhecer «a vida do aluno fora do meio escolar e assim exercer a sua acção no campo vasto da extensão educativa e da regeneração social». O novo ministro da “Educação Nacional”, Carneiro Pacheco, na proposta de reforma do ensino primário que envia à Assembleia Nacional, invocava a “impreparação da família para a obra educativa», noção corroborada pelo parecer da Câmara Corporativa que defendia dever essa «incapacidade da família para a acção formativa» ser «suprida pelo Estado».

Carneiro Pacheco, logo ao receber, como titular da nova pasta, os cumprimentos dos professores primários, comunicava-lhes desta forma o que deles esperava: «ajudar os pais a modelar o futuro homem português na cera sensível e plástica que é o cérebrozinho da criança». Afinal, «só educadores com espírito novo podem formar homens novos», e o professorado primário haveria de ser «a tropa de linha na benemérita ofensiva pela educação nacional». Ofensiva que se alargava a várias frentes, num verdadeiro projecto de colocação da escola, a todos os níveis, ao serviço desse esforço modelador das consciências:

Revisão dos programas escolares de acordo com os princípios ideológicos do regime e adopção de «livros únicos» nas principais disciplinas formativas do ensino primário e secundário;

Organização de um rigoroso e minucioso sistema centralizado de vigilância política permanente das actividades, opiniões e atitudes dos docentes que passam, aliás, a ser alvo de cuidadosa selecção e depuração políticas;

Recurso regular a iniciativas e cerimónias políticas ou político-religiosas nas escolas, destinadas a formar ideologicamente os alunos, testar os professores e manter uma tensão mobilizadora: aulas ou palestras obrigatórias sobre o significado de cartazes de propaganda distribuídos pelo Ministério, cerimónias rituais de entronização dos crucifixos nas salas de aula, semanas coloniais, celebração dos aniversários da entrada de Salazar para o Governo ou de outras efemérides nacionalistas, etc.;

Reforço da elitização do ensino liceal como veículo de preparação do «escol» e a massificação/minimalização do ensino primário, em ambos os casos com uma clara opção pelo reforço da «formação da consciência» em detrimento da transmissão de conhecimentos;

O lançamento da organização miliciana de enquadramento da juventude, a Organização Nacional da Mocidade Portuguesa (MP), de inscrição obrigatória para os alunos do ensino primário e secundário e a quem vai ser entregue o monopólio de todas as actividades desportivas e das iniciativas culturais ou recreativas circun-escolares. Como escrevia Marcello Caetano, o seu mais destacado Comissário Nacional, «a Mocidade Portuguesa procura utilizar todos os materiais utilizáveis para realizar uma síntese formativa do homem novo». Também nesta tarefa se constatava que «a família portuguesa está, em muitos casos, tocada de males que diminuem ou anulam a sua capacidade educativa». Haveria que «colaborar com a família» sempre que fosse possível, não sendo, «procure-se agir sobre os pais, através dos filhos. Estamos num tempo em que muitas vezes os pais precisam de ser educados pelos filhos...»

A criação da Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN), destinada a formar a mulher/esposa/mãe, esteio doméstico de uma família sã, reprodutora ideológica natural no seio do lar familiar e, sobretudo, na educação dos filhos, da fé e da moral católicas e dos princípios da ordem, da honra, do dever, do nacionalismo. Nesse sentido, a OMEN, onde era mais nítido o papel dirigente dos quadros femininos das organizações católicas, pretendia não só agir directamente sobre o ambiente familiar, corrigindo-o –«reeducar as mães pobres e ricas» –, como sobre a formação das jovens, das futuras esposas e mães, através da MP feminina que estava sob a sua dependência e não constituía, como noutros casos, uma secção feminina do «partido» ou de qualquer organização global da juventude. Com um estatuto de unicidade legal e de inscrição obrigatória idêntico ao da MP, visando, como ela, a tarefa simultânea de educar um escol, “preparar chefes” e consciencializar a massa das filiadas, a MPF investia, talvez, mais directa e assumidamente, na educação ideológica da família e, em particular, no destino conjugal e maternal da mulher jovem, na sua futura posição no lar como pilar da regeneração dessa “célula básica” da organização social.

Finalmente, os dois grandes dispositivos de propaganda e inculcação da organização corporativa: a FNAT, para dirigir e integrar política e ideologicamente os lazeres dos trabalhadores, especialmente os dos centros urbanos, uma vez que, a partir de 1945, a sua acção para o mundo rural era mediatizada pela JCCP. Também aqui, em ambos os casos, se verificava a dupla vertente formativa: criar as elites do sindicalismo corporativo, tarefa que a FNAT chamou a si desde 1935 até aos anos 50, mas, também, mobilizar e educar as massas trabalhadoras. Essa tentativa de mobilização foi bem marcada na FNAT até ao início da II Guerra Mundial, designadamente com os esforços de apropriação e transformação do “1.º Maio” em “festas do trabalho”, de forte cunho rural, qualquer coisa entre o desfile político e a feira minhota, que se realizam entre 1934 e 1938. Nessa direcção apontava, também, o conteúdo obreirista/corporativo do jornal *1.º de Maio*, editado pela FNAT entre 1939 e 1942, ou até, de forma particular, a decisiva acção mobilizadora desenvolvida pelo núcleo sindicalista dirigente da organização no lançamento da Legião Portuguesa, milícia do regime, em 1936.

Mas a inculcação ideológica no espaço dos tempos livres, dentro ou fora do local de trabalho, orientando as distrações, furtando-as à influência deletéria da “taberna”

ou da acção subversiva, moldando-as no paradigma da “cultura popular”, essa era a tarefa por excelência da FNAT. O povo, o “verdadeiro povo”, como lhe chamava António Ferro, era o que participava nesta recriação mítica de uma ruralidade essencial como quadro de vida, desse nacional-ruralismo corporativo que reinventava músicas, danças, “folclore”, hábitos, costumes, comportamentos, de acordo com o espírito de uma etnografia elaborada à sua medida. O “homem-trabalhador” que disto avultava era um chefe de família esforçado, respeitador, obediente, simples, ancorado no pequeno mundo da sua família e da vizinhança, fiel às tradições de sempre e à “ordem natural das coisas”, mesmo quando o destino o arrancava à aldeia para o lançar nesse meio hostil e perigoso da fábrica e da cidade. Recriar esse ambiente ruralizante, essa aldeia mítica, nos bairros populares e nas empresas era o objectivo da FNAT e da sua rede de Centros de Alegria no Trabalho (CATs) nas fábricas, nas repartições públicas, nos sindicatos nacionais e demais organismos corporativos, nos bairros sociais, onde lhes será atribuído legalmente o monopólio da organização dos tempos livres, desde o torneio de ténis de mesa à excursão de fim de semana. Nas Casas do Povo e nas Casas dos Pescadores actuavam, com funções idênticas, os Centros de Recreio Popular (CRTs), tutelados pela JCCP. Dando apoio, orientando ou unificando essas iniciativas a FNAT possuía um largo leque de actividades permanentes: as cantinas, as colónias de férias, as viagens turísticas, a ginástica e os torneios desportivos, os espectáculos musicais (os célebres “serões para trabalhadores”), o cinema, os “ranchos folclóricos”, os “museus” e outras iniciativas etnográficas, a definição da heráldica corporativa etc., instrumentos postos ao serviço desse supremo desígnio cultural e político de “aportuguesar os portugueses”.

4. A II Guerra Mundial e o pós-guerra: contenção e formalização do projecto totalizante.

Como antes se sugeriu, o estudo comparado da História das principais organizações de mobilização, propaganda e inculcação ideológica do regime, milicianas ou não, demonstrou que, após o zénite da sua força e influência, na segunda metade dos anos trinta, elas vão conhecer, primeiro nas vésperas / início da II Guerra Mundial, depois nos anos 50, um duplo fenómeno de desvirtuação. Por um lado, aquilo a que chamo um processo de contenção e relativa “desfascização” desde antes do conflito mundial, por outro, no pós-guerra, uma espécie de progressiva formalização das instituições de inculcação, com a manutenção dos velhos dispositivos institucionais, mas uma paulatina mudança dos seus conteúdos discursivos, dos seus objectivos e métodos. Não sendo esta a ocasião possível para proceder com detalhe à abordagem comparativa deste processo durante a guerra e no período subsequente, parece crucial compreender, ao menos, a lógica evolutiva da vertente totalizante do regime nos tempos que se sucederam ao apogeu e queda dos fascismos europeus.

É claro que havia boas razões para o Estado Novo, sobretudo a partir de finais da Guerra Civil de Espanha e até ao início do conflito mundial, demonstrar alguma apreensão com a dinâmica fascizante das organizações de mobilização e enquadramento que deixara criar ou que tomara a iniciativa de criar. Na Legião, Namorado de Aguiar e o seu corpo de oficiais pretendem uma milícia “tal e qual as fascistas”, com veleidades

de militarização, armamento e autonomia que põem em causa a tutela do Exército e desafiam arrogantemente as demais forças de ordem. Na FNAT, Higinio de Queiroz e Melo, o núcleo duro dos sindicalistas corporativos que a dirigiam, um grupo de claras inclinações fascistas, insiste no jargão obreirista e “antiplutocrático”, nas comemorações “populares” do 1.º de Maio, no controlo ideológico de toda a máquina corporativa nas cidades e nos campos, e até do SPN. Na MP, criada pelo regime com o fito de controlar o radicalismo e anular a autonomia da Acção Escolar de Vanguarda (AEV) que a precedera desde 1934, o primeiro Comissário Nacional, Nobre Guedes, de conhecidas simpatias pró-nazis, acentuava a componente para-militar e milicianiana da organização, conflituava com a Igreja Católica e fazia público espanto da colaboração com as “juventudes” hitlerianas ou com os *balilas*, cujos rituais e saudações se copiavam.

Ora o facto é que o ocaso da Guerra Civil de Espanha, se trouxera o triunfo franquista sobre o “anti-cristo”, implicava, igualmente, a hegemonia de uma Falange que não ocultava os propósitos anexionistas relativamente a Portugal, com a agravante de a “Nova Espanha” emergir tutelada por quem lhe dera militarmente a vitória: a Itália fascista e a Alemanha hitleriana, os inimigos da Grã-Bretanha, da “velha aliada” de Portugal, na guerra que se avizinhava ou que acabava de estalar. A esta luz, a “fascização” do regime, passados os primeiros entusiasmos, é vista com reserva por uma oligarquia tradicional, habituada, e com proveito, a contar com o Exército e a Igreja para “manter a ordem”, e que encara os arrobos milicianos, a militarização de forças civis sem tutela estrita do Estado, as mobilizações autónomas da “populaça”, mesmo por bons motivos, como formas potenciais de gerar destabilização, de quebrar as hierarquias tradicionais, de se tender para suspeitos “internacionalismos” susceptíveis de pôr em causa o “interesse nacional”. Sendo que este, esquecidos os arrufos iniciais da Guerra Civil de Espanha, continuava estruturalmente ligado à aliança luso-britânica: a Grã-Bretanha, nos começos da guerra, continuava a ser a senhora do mar Atlântico e das rotas de ligação com o Império, além de garante da integridade colonial e continental. Mais prosaicamente, mantinha-se como a primeira fornecedora, compradora, credora, financiadora e transportadora da economia portuguesa. A neutralidade portuguesa na guerra ia definir-se e manter-se em função de tais realidades, o que, obviamente, implicava um outro cuidado relativamente a ligações ou identificações ideológicas excessivamente comprometedoras com o grupo adverso, tanto mais comprometedoras quanto a mudança de rumo da guerra, a partir do Inverno de 1942, anuncia a vitória aliada.

Não admira, portanto, que, começando em Setembro de 1937 pela Legião, o caso mais grave, o Estado Novo vá desencadear em quase todos estes organismos, sempre de forma relativamente discreta, processos de “normalização”, de limpeza e saneamento mais ou menos extensos, todos eles orientados pelos mesmos objectivos essenciais: cercear a sua autonomia política, organizativa e ideológica, reforçando a tutela do Estado através dos ministérios competentes (Guerra, Interior, Educação, Presidência); consentir unicamente em processos de militarização e armamento de baixo nível nas organizações milicianas, explicitamente colocadas, no plano militar, sob a dependência de comando e estratégica das Forças Armadas e dos seus oficiais; anular ou esvaziar as componentes de mobilização de massa e o discurso ideológico populista radical que lhe estava associado; não consentir numa excessiva concentração de poderes de direcção política e ideológica em um único destes organismos, designadamente na FNAT, pelo processo de os repartir com outros órgãos de enquadramento e propagação;

silenciar, desde o começo da guerra, as referências à filiação do processo de totalização do regime português e dos seus órgãos nos congéneres dos Estados fascistas e nazi, corrigir um certo mimetismo iconográfico e simbólico, até aí frequente, operando como que uma “nacionalização” dos princípios e dos métodos do dispositivo de propaganda e inculcação do Estado Novo português. Convirá salientar, todavia, que neste movimento de contenção ideológica, de “desradicalização”, de nacionalização dos propósitos, de disciplinamento e burocratização das vontades e das formas de agir, nunca se questionou nem a orientação ideológica básica, nem a natureza totalitária de tais dispositivos em si mesmos. Todos eles vão continuar, durante e após a guerra, com os mesmos objectivos essenciais, com a mesma lógica de actuação, só que com menos veleidades de autonomia, militarização, de mobilização ou de radicalização. Por isso se pode falar de uma “desfascização” relativa que toca mais nos processos do que nos conteúdos e nas lógicas dos aparelhos, ainda que os primeiros tenham acabado por liquidar burocraticamente a intenção genética dos segundos.

Assim sendo, em Setembro de 1937, o Governo e a Junta Central da LP iniciam o processo de “normalização” da milícia, prolongado ao longo de 1938: demitindo Namorado de Aguiar e o seu estado-maior militar (em conflito com os civis da Junta Central, fieis a Salazar), anulando definitivamente os seus ambiciosos planos de armamento e reorganização da Legião, remodelando profundamente os seus quadros do topo de base e procedendo a uma “limpeza” radical de nacional-sindicalistas, monárquicos e até de “comunistas infiltrados” que entre Janeiro e Setembro de 1938 atingiu cerca de 900 legionários “abatidos ao efectivo”. Terá sido o processo mais radical, chefiado pelo novo Comandante-Geral, o general Casimiro Teles, vindo expressamente para “despolitizar a Legião” (quereria mesmo acabar com a saudação romana) e saneá-la a todos os níveis.

Com o apoio do Presidente da Junta Central, o seguro Costa Leite (Lumbralles), vai-se colocar a LP sob o firme controlo dos Ministérios da Guerra e do Interior, reduzindo-a a uma espécie de corpo auxiliar do Exército e da polícia política, pesadamente burocratizado, alvo de crescente impopularidade com o aproximar do fim da guerra mas que lhe sobreviverá sem jamais recuperar nada de parecido com a chama dos primeiros tempos. Mesmo assim, só em 1944, com a adaptação aos ventos do fim da guerra, isto é, com a mudança dos dirigentes civis da LP, ela perderá o carácter singularmente germanófilo que assume no conflito, se se comparar o seu papel com o dos outros organismos de mobilização que são coevos.

A MP também foi alvo de mudanças, seguramente menos drásticas. Em 1940, o germanófilo Nobre Guedes é substituído como Comissário Nacional (irá para Ministro de Portugal em Berlim) por Marcello Caetano. Ideólogo do corporativismo, então próximo de Salazar, professor de Direito, insuspeito de simpatias hitlerianas, Caetano orientará as relações externas da MP de acordo com as exigências da neutralidade; atenuará a componente militarista, sem excluir as fardas, as paradas e os rituais romanos, em favor de uma actuação mais “escutista”; normalizará as relações com a Igreja e apostará mais fortemente na componente da formação ideológica e do “carácter” dos filiados.

Na FNAT, ainda que Queiroz e Melo vá manter a sua posição, acaba-se em 1939 com as mobilizações populares do 1.º Maio. E a organização corporativa, a partir do ano seguinte, desistirá mesmo de tentar recuperar a efeméride para o calendário dos fastos do regime. A vida do jornal *1.º de Maio* também será curta e algo acidentada:

em 1941 desapareceram o título e o subtítulo («jornal de todos os trabalhadores»), substituídos por *Alegria no Trabalho – órgão da FNAT*, ao mesmo tempo que os sindicalistas corporativos são afastados da sua redacção e o jornal perde a ligação aos sindicatos e às empresas. Tornando um oficioso sem o “alcance social que seria para desejar”, o semanário encerra em 1942. Por outro lado, o regime não permitirá à Comissão Administrativa da FNAT, dirigida por Queiroz e Melo, concentrar a “unidade de comando” que reivindicava para si própria, a direcção ideológica centralizada do conjunto dos lazeres (no mundo empresarial, na função pública, na organização corporativa, nos bairros sociais, sobre as sociedades de cultura e recreio, sobre o mundo rural e piscatório), em suma, a posição de “entidade única competente para prosseguir o objectivo do aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores portugueses”. A tarefa, como antes vimos, será repartida, a partir de 1945, com a JCCP, e as sociedades recreativas conseguirão impedir, após denodada resistência, a integração na FNAT e o seu controlo, mantendo a autonomia orgânica sob vigilância tutelar do SPN. O próprio Secretariado, em 1944, a fechar o círculo das adaptações defensivas, deixará cair a excessivamente conotada “Propaganda” da sua designação, passando a chamar-se Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI).

Mas a essência do projecto, a sua apetência total e regeneradora do homem, só seria verdadeiramente posta em causa, não por qualquer decisão política assumida, mas fruto das mudanças economico-sociais iniciadas na década de cinquenta. Tornadas pesadas repartições públicas, as antigas organizações de propaganda, mobilização e inculcação tinham perdido definitivamente o *élan*. A *Cruzada Corporativa* com que o regime, no auge da guerra fria, na primeira metade dos anos 50, as tenta redespertar como bastiões do anti-comunismo e do paradigma ruralizante, vai precipitar algumas delas, sobretudo ao nível da educação, da juventude ou da organização corporativa, num curioso jogo de aparências e de mudanças “invisíveis”.

Sob a pressão das grandes transformações estruturais então iniciadas a industrialização, a urbanização, a terciarização ainda que muito do discurso nacionalista conservador se mantenha como propaganda e ideologia oficial do regime (recuperado, sobretudo, nos anos iniciais da guerra fria), o facto é que tanto ele, como boa parte das instituições de inculcação que o serviam, sofre uma espécie de formalização inexorável, ditada pelo espírito e as necessidades do tempo. Velhos enunciados discursivos e institucionais encobrem quer a falência das velhas políticas, quer a formulação, mais ou menos compromissória, de políticas novas, de adaptação timorata à sociedade em mudança, mas cuja visibilidade e emergência era como que esconjurada pela manutenção de etiquetas antigas. Como se as forças da velha utopia nacionalista e corporativa pudessem impedir a efectividade e a natureza das mudanças, mantendo-as “invisíveis” sob o labéu das designações antigas. A realidade é que, sob a continuidade formal do discurso da propaganda e das instituições de enquadramento e “educação”, nos anos cinquenta, ia falecendo a alma do regime para moldar as almas de quem quer que fosse. E o rigor do policiamento e da unicidade ideológica, sem nunca desaparecer, dava lugar “invisivelmente”, no coração mesmo da organização corporativa ou da máquina da “educação nacional”, à formulação de políticas educativas, de formação profissional, de estudos sociais ou até de ocupação dos tempos livres, crescentemente marcadas por preocupações de adaptação às necessidades do desenvolvimento industrial e da modernização económica e social. Mais lentamente do que seria necessário, sempre

amarrados ao pressuposto da segurança do regime, a verdade é que o Ministério da Educação Nacional e o aparelho corporativo iam substituindo o objectivo de criar um “homem-novo”, por o de o preparar para fazer crescer a produção e a produtividade da economia. As prioridades da acumulação e do mercado, silenciosamente, iam substituindo as do “espírito”. Velhos rótulos em garrafas novas.

5. Notas para uma argumentação final

Um dos argumentos correntes para negar a natureza totalizante do aparelho de propaganda e inculcação do regime é o de que ele teria consentido, designadamente nos anos 30 e 40, num certo “pluralismo limitado”, concretamente no tocante aos organismos juvenis da Acção Católica ou ao escutismo católico, espaço esse imposto pela resistência da Igreja ao desiderato “estatista” de Carneiro Pacheco para a “educação nacional”.

Referi-lo é já, de algum modo, reconhecer a natureza do projecto em causa, visto como tal, na época, tanto pelos próprios, como pela Igreja. Mas a realidade será talvez menos linear. Entre o Estado Novo e a hierarquia católica não há, e nunca se manifesta nesses termos, um conflito de paradigma, de orientação ideológica, relativamente ao qual a Igreja opusesse um discurso alternativo. A apologia da «essência católica da Nação portuguesa», expressa constitucionalmente, após a revisão constitucional de 1935, no reconhecimento da religião católica como confissão nacional, fizera da Igreja uma participante essencial no processo de afirmação ideológica do regime, na sua legitimação religiosa e “providencial” e no concurso prestado aos seus aparelhos de inculcação. O que surge, a nível da “educação nacional”, não é, nestes termos, um choque entre distintos projectos políticos ou modelos de sociedade, mas, sobretudo, um conflito de competências entre o Estado e a Igreja, com esta a negar àquele a possibilidade de se lhe substituir «na obra do ensino religioso e moral», privando-se «da cooperação eclesiástica». Aliás, o próprio cardeal Cerejeira, no seu conhecido arrufo epistolográfico com Carneiro Pacheco, chega a admitir a hipótese de «a terem os escuteiros de espontaneamente se dissolverem, seria preciso que a Mocidade Portuguesa desse aos seus filiados a formação católica que (...) ainda não deu para de algum modo justificar o sacrifício». E no acordo a que se chega, o “sacrifício” é dispensado: a educação directamente política e ideológica fica para a MP, a educação especificamente religiosa permanece nas organizações juvenis da Igreja, ou é levada a cabo por ela e pelos seus ministros no interior das organizações milicianas como algo de complementar e harmónico. Marcello Caetano resumi-lo-ia lapidarmente: «a MP cria um ambiente cristão para o desenvolvimento das virtudes dos seus filiados (...) e recebe alegremente o trabalho que, dentro dos seus quadros, venham fazer os ministros da Igreja, colabora com largueza na acção que a hierarquia católica exerce para melhoramento dos costumes e salvação das almas», dado considerar-se «organização educativa complementar da acção da Igreja». Precisando: «não só respeitamos, como queremos e saudamos, a existência das obras próprias da juventude da Acção Católica. Tarefas diversas entendimento perfeito. Não nos pertence ministrar instrução catequística, nem litúrgica: mas de bom grado vemos que haja quem a ministre». Dois braços, duas esferas de competência, uma só causa.

Mais substancial ia ser o conflito, durante este período, com o “catolicismo social” militante, de incidência sindical. Mas também aqui a Igreja, desde 1935, ordena explicitamente a integração e a cooperação dos sindicalistas católicos na “nova ordem” corporativa: não obstante algumas reservas, o corporativismo português era “digno de encómios” e de “pensamento profundamente cristão”. Ausente do terreno da intervenção sindical, entregue por lei à unicidade corporativa decretada em 1934, a Liga Operária Católica (LOC), sob a direcção do padre Abel Varzim, vai propugnar um incómodo criticismo ao “corporativismo real” do regime, sempre no quadro da cooperação com ele, e com fases de aproximação e de desilusão. Mas sabe-se como isso acabou: com *O Trabalhador*, órgão da LOC, encerrado por ordem do Governo e Abel Varzim afastado do seu posto na LOC por ordem do cardeal Cerejeira, em 1948.

É claro que, mesmo nos regimes fascistas de maior mobilização, a capacidade de enquadrar totalitariamente os espaços privados sofre limitações de ordem vária, que não põem em causa essa sua natureza. Em Portugal, por maioria de razão, isso se verificou: um “fascismo sem movimento fascista”, para retomar o conceito de Manuel Lucena, um país escassamente industrializado, pouco urbanizado, com enorme peso das sociabilidades tradicionais de base rural, evidenciava espaços relevantes que escapavam ou resistiam naturalmente à padronização ideológica estatizante. Repegando exemplos anteriores, foi o caso das sociedades de cultura e recreio que lograram resistir à integração na FNAT, ainda que as suas estruturas dirigentes tivessem que manifestar o apoio a Salazar e ao regime e aceitar a tutela do SPN. Mas nada disso, do que “fica de fora”, parece susceptível de pôr em causa não só a existência do projecto, dessa clara apetência totalitária do regime, como a impressionante extensão que lograram cobrir os seus dispositivos de divulgação, formação e censura. E quanto à sua eficácia a prazo, para não ir mais longe, basta atentar na opinião corrente (e nalguma erudita) sobre as recentes comemorações dos descobrimentos em geral e da descoberta do Brasil em particular...

Finalmente, pode-se seguramente argumentar que esse “homem novo” da propaganda, da “educação nacional” e da “cultura popular” era, apesar de tudo, um “homem velho”, não o da mobilização revolucionária, mas o da ordem contra-revolucionária e conservadora. É certo. Mas não deixa por isso de ser, também ele, um homem utópico, o homem tipo do novo regime, a moldar impositiva e autoritariamente pela acção bifacetada das “políticas do espírito” e da repressão definidas e aplicadas pelo Estado. Esse chefe de família camponês, probo, devoto e ordeiro, era o especial “homem novo” do salazarismo, a resgatar, entre nós, não pela acção do partido vanguardista que nunca houve como tal, mas pela intervenção formativa de órgãos especializados da Administração ou da organização corporativa, em colaboração com a Igreja e na decorrência de uma visão totalizante da sociedade de matriz nacionalista, corporativa, católica, ruralizante e autoritária. Poderá dizer-se que o seu perfil era distinto do regime mussoliniano, ou do resplandecente e implacável “homem ariano” (que não era “novo”, no sentido em que, para os nazis, representaria a superioridade da uma “raça de senhores” naturalmente existente na hierarquia biológica da humanidade). Mas isso servirá para ajudar a distinguir modalidades diversas de regimes de apetência totalitária, fruto de circunstâncias históricas e de caldos de cultura diferentes, mas não para recusar essa comum natureza a qualquer deles.

Não obstante a distinção de conteúdos ideológicos entre tais arquétipos, há algo de funcionalmente comum a ligá-los: o propósito de fabricar, pela força, sem alternativa, violentando os espaços tradicionais da privacidade ou da autonomia, um novo ser virtuoso que fosse o suporte da defesa e da reprodução da “ordem nova”. É sem dúvida interessante e relevante que em alguns casos ele possa surgir como um guerreiro moderno e viril e noutros incarnado na honrada modéstia de um caseiro rural. Mas em ambas as situações eles continuam sendo, apesar disso, duas espécies do mesmo género. O género dos regimes de vocação totalitária em que o Estado Novo, com a sua indiscutível especificidade, também participou neste período histórico.